

No tempo em que JORNAL DO BRASIL FH era ministro

24 NOV 1996

Era uma tarde fria de final de inverno na Embaixada do Brasil em Washington, no ano de 1994. O então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, repetia para jornalistas os argumentos que usara em almoço com Michel Camdessus, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional.

Sim, o Brasil vivia sob desmoralizante inflação e não conseguia impor disciplina aos gastos do aparelho estatal, mas apresentava sucessivos saldos na balança comercial. E o Brasil crescia, com baixo nível de desemprego.

O presidente do Banco Central, Pedro Malan, e o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, ao lado do ministro, abasteciam-no de números. Críticas de organismos internacionais, explícitas ou apenas “vazadas” para a imprensa sob o disfarce de “fonte do FMI ou do Banco Mundial”, eram rebatidas em paciente tom professoral. Um dos auxiliares de Fernando Henrique citou palavras de Bill Rhodes, presidente do comitê dos bancos credores da volumosa — e até então

impagável — dívida externa: “O mercado confia na habilidade do ministro para criar um plano de estabilização que possa ser aceito pelo FMI.”

O Plano Real já estava em andamento, na sua etapa-URV, e, faltando poucos

Não faremos a estabilização simplesmente com a taxa de juro alta, disse o quase candidato em Washington

dias para a desincompatibilização, FH insistia em negar a candidatura à Presidência. Mas confiava no plano, instrumento necessário para que o Brasil deixasse de ser, em suas palavras, a “ovelha negra do mundo”. Confiava também numa aceitação plena e imediata do programa de estabilização por parte do FMI e do governo americano.

Foi então que um jornalista perguntou: “Executado o plano de estabilização, atendidas as recomendações dos organismos internacionais, não corremos o risco de a situação inverter-se? Em lugar de inflação alta, teríamos déficit na balança comercial, baixos índices de crescimento, desemprego...”

“Imagina!”, interrompeu o presidente, citado aqui de memória. E continuaria: “Temos preocupação com a pobreza. O Brasil é um país de muita gente pobre. Não faremos uma estabilização baseada, simplesmente, em elevar a taxa de juros, porque isso leva à recessão. Derruba a inflação, mas também o estômago.”

O Brasil buscava naqueles dias um apoio concreto do FMI e do Tesouro americano. Era um tempo em que até as pedras portuguesas das calçadas da Avenida Nossa Senhora de Copacabana estavam roucas de ouvir falar em empréstimo *stand-by* do FMI — não será por isso que as mandaram substituir por tijolinhos esfarelentos? O empréstimo era necessário porque teria como consequência a emissão de títulos especiais do Tesouro americano que serviriam de garantia ao pagamento da dívida externa.

Naquela mesma tarde, dupla decepção. O FMI, com um amável francês na sua gerência, bateu palmas ao plano, elogiou a seriedade do ministro e de sua equipe. Mas esquivou-se ao compromisso de conceder o *stand-by*. E o Tesouro, que, por ser americano, não poderia, e nem saberia, ser tão delicado, foi direto aos finalmente: negou os chamados “zero-bonds”. Sem nenhum confeite.

Tudo isso, felizmente, é passado. A inflação não mais nos apavora, há rígido controle dos gastos públicos e, sem precisar do FMI ou do Tesouro, o Brasil acabou renegociando a dívida. O ministro não só se desincompatibilizou como virou presidente. E marcha para a reeleição com um plano sério, popular, capaz, se fosse preciso, de ser aceito pelo FMI e de corresponder à confiança do “mercado” a que se referia Bill Rhodes.

Só o jornalista parece ter lembrado da sua pergunta e da resposta do ministro da Fazenda naquela tarde fria de inverno na embaixada brasileira em Washington.